

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.468.469 - SC (2019/0073809-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**AGRAVANTE** : LINX SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA  
**ADVOGADO** : MARCELO DE AGUIAR COIMBRA E OUTRO(S) - SP138473  
**AGRAVADO** : MOCA BONITA MODA FEMININA LTDA  
**ADVOGADO** : Andrea da Rocha Coutinho E OUTRO(S) - SC017703

### **EMENTA**

*AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL DE 2015 E DIREITO DO CONSUMIDOR. ACÓRDÃO RECORRIDO. VIOLAÇÃO AO ART. 2º DO CDC. ACÓRDÃO RECORRIDO. PESSOA JURÍDICA. RELAÇÃO DE CONSUMO RECONHECIDA COM BASE NA TEORIA FINALISTA MITIGADA. POSICIONAMENTO DO TRIBUNAL LOCAL DE ACORDO COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. ENTENDIMENTO DIVERSO ACERCA DA VULNERABILIDADE TÉCNICA DA RECORRIDA. INADMISSIBILIDADE. APLICAÇÃO DO ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO CONHECIDO. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.*

### **DECISÃO**

Vistos etc.

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por LINX SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina que inadmitiu o seu recurso especial manejado em face do acórdão, assim ementado (fl. 163, e-STJ):

*PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL CONTRATO - VULNERABILIDADE - TEORIA FINALISTA MITIGADA - INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA - POSSIBILIDADE*

*O Superior Tribunal de Justiça já firmou o entendimento de que aplica-se a teoria finalista mitigada "nas hipóteses em que a parte (pessoa física ou jurídica), embora não seja tecnicamente a destinatária final do produto ou serviço, se apresenta em situação de vulnerabilidade" (AREsp n. 778096/SE, Min. Napoleão Nunes Maia Filho).*

# *Superior Tribunal de Justiça*

Em suas razões recursais (fls. 169-182, e-STJ), a recorrente apontou, além de dissídio jurisprudencial, violação ao artigo 2º do Código de Defesa do Consumidor.

Sustentou, em síntese, ser inaplicável o regramento legal do Código consumerista por faltar a recorrida a condição de destinatária final dos serviços prestados pela recorrente, muito menos a teoria finalista mitigada, por não se observar vulnerabilidade da recorrida.

Ressaltou que a contratação de software, por pessoa jurídica, com o escopo de implementar ou incrementar a sua atividade negocial, não se reputa como relação de consumo e, sim, como uma atividade econômica intermediária.

Sem contrarrazões (fl. 260, e-STJ).

Em decisão monocrática (fls. 262-263, e-STJ), foi inadmitido a subida do apelo nobre, motivo pelo qual foi interposto o agravo em recurso especial às fls. 265-272, e-STJ.

Sem contraminuta (fl. 275, e-STJ).

É o relatório.

Decido.

Inicialmente, registre-se que o recurso em análise foi interposto contra decisão publicada na vigência do Novo Código de Processo Civil, de forma que deve ser aplicado ao caso o entendimento firmado no Enunciado Administrativo n. 3 do Plenário do STJ.

No mérito, esta Corte Superior adota o conceito de consumidor da teoria finalista mitigada, considerando que a pessoa jurídica pode ser consumidora quando adquirir o produto ou serviço para utilizá-lo na sua atividade empresarial, utilizando-o para atender uma necessidade sua, não de seus clientes, sempre que se apresentando em situação de vulnerabilidade, logo, justificando a incidência do estatuto consumerista.

Na hipótese em relevo, restou reconhecido pelo Tribunal de origem que a empresa demandante adquiriu produtos e serviços da recorrente (sistemas de

# *Superior Tribunal de Justiça*

informática, gestão e software), os quais não trouxeram os resultados esperados, além da não adaptação ao seu tipo de comércio, segundo declinou o Tribunal de origem.

Como a autora não emprega diretamente na revenda os produtos e serviços adquiridos da recorrente, bem como não detém a expertise necessária a descaracterizar a vulnerabilidade técnica, afigura-se, por conseguinte, que a Pessoa Jurídica recorrida se qualificou como legitimada da tutela consumerista, inclusive com a possibilidade de inversão do ônus da prova, entendimento amparado pela aplicação da Teoria Finalista Mitigada, amplamente utilizada no âmbito desta Corte.

Nesse sentido:

*AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. RELAÇÃO DE CONSUMO. TEORIA FINALISTA MITIGADA. VULNERABILIDADE. REVISÃO DO JULGADO. INVIABILIDADE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.*

*1. A alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem implica, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto no enunciado n. 7 da Súmula desta Corte Superior.*

*2. A jurisprudência desta Corte tem mitigado a teoria finalista para autorizar a incidência do Código de Defesa do Consumidor nas hipóteses em que a parte (pessoa física ou jurídica), embora não seja tecnicamente a destinatária final do produto ou serviço, se apresenta em situação de vulnerabilidade, o que foi configurado na hipótese dos autos.*

*3. Ademais, tendo o Tribunal local concluído com base no conjunto fático-probatório dos autos, impossível se torna o confronto entre o paradigma e o acórdão recorrido, uma vez que a comprovação do alegado dissídio jurisprudencial reclama consideração sobre a situação fática própria de cada julgamento, o que não é possível de ser feito nesta via excepcional, por força do enunciado n. 7/STJ.*

*4. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 837.871/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/04/2016, DJe 29/04/2016)*  
*AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. CIVIL. DIREITO*

*DO CONSUMIDOR. COMPRA DE AERONAVE POR EMPRESA ADMINISTRADORA DE IMÓVEIS. AQUISIÇÃO COMO DESTINATÁRIA FINAL. EXISTÊNCIA DE RELAÇÃO DE CONSUMO.*

*1. Controvérsia acerca da existência de relação de consumo na aquisição de aeronave por empresa administradora de imóveis.*

*2. Produto adquirido para atender a uma necessidade própria da pessoa jurídica, não se incorporando ao serviço prestado aos clientes.*

*3. Existência de relação de consumo, à luz da teoria finalista mitigada. Precedentes.*

*4. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. (AgRg no REsp 1321083/PR, desta relatoria, TERCEIRA TURMA, julgado em 09/09/2014, DJe 25/09/2014)*

Dessa maneira, além de ter sido decidido o presente conflito de interesses de acordo com o posicionamento desta Corte Superior, para se chegar à conclusão diversa da que chegou o Tribunal *a quo*, acerca da vulnerabilidade técnica da recorrida reconhecida na origem, seria inevitável o revolvimento do arcabouço fático-probatório, procedimento inviável na instância especial, a teor da Súmula 7 desta Corte.

Outrossim, no tocante ao alegado dissídio jurisprudencial, o seu conhecimento se mostra inviável, uma vez que o óbice da Súmula 07/STJ obsta a admissão do Recurso Especial também pela alínea "c" do permissivo constitucional.

Sobre o ponto, os julgados a seguir:

*EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO ESPECIAL. ADMISSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. SIMILITUDE FÁTICA. AUSÊNCIA. REEXAME DE PROVA. SÚMULA Nº 7. DISSÍDIO PREJUDICADO.*

*(...) 4. Consoante iterativa jurisprudência desta Corte, a necessidade do reexame da matéria fática impede a admissão do recurso especial tanto pela alínea "a" quanto pela alínea "c" do permissivo constitucional.*

*5. Embargos de declaração acolhidos sem efeitos infringentes. (EDcl no AgInt no AREsp 275.906/ES, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em*

# *Superior Tribunal de Justiça*

17/11/2016, DJe 24/11/2016).

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS N. 282 E 356 DO STF. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. DECISÃO MANTIDA. (...)*

*2. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmula n. 7 do STJ).*

*(...)*

*4. A incidência da referida súmula também obsta o conhecimento do recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional, consoante a jurisprudência desta Corte.*

*5. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 921.994/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 17/11/2016, DJe 28/11/2016).*

**Ante o exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.**

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

**MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
Relator